

AS VOLTAS DO PASSADO

organização:

MIGUEL CARDINA

BRUNO SENA MARTINS

AUTORES:

Aida Freudenthal, Albert Farré, Aniceto Afonso, André Caiado, Amélia Neves de Souto, Ângela Campos, Ângela Benoliel Coutinho, Bruno Sena Martins, Carlos de Matos Gomes, Celeste Fortes, Cláudia Castelo, Cláudio Alves Furtado, Diana Andringa, Elsa Peralta, Fidel Reis, Gerhard Seibert, Helena Wakim Moreno, Inês Nascimento Rodrigues, Isabel Maria Cortesão Casimiro, José Neves, José Pedro Monteiro, Julião Soares Sousa, Justin Pearce, Leonor Pires Martins, Leopoldo Amado, Manuel Loff, Marcelo Bittencourt, Margarida Calafate Ribeiro, Maria-Benedita Basto, Maria da Conceição Neto, Maria José Lobo Antunes, Maria Paula Meneses, Michel Cahen, Miguel Bandeira Jerónimo, Miguel Cardina, Miguel de Barros, Mustafah Dhada, Nélida Brito, Odete Semedo, Paulo Lara, Raquel Ribeiro, Redy Wilson Lima, Rita Rainho, Rui Bebiano, Sílvia Roque, Sheila Khan, Susana Martins, Teresa Cruz e Silva, Tiago Matos Silva, Vasco Martins e Verónica Ferreira

LISBOA

TINTA-DA-CHINA

MMXVIII

Agosto a novembro de 1975

PONTE AÉREA DA TAP

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO*

Após a Segunda Guerra Mundial, os povos colonizados olhavam para as suas metrópoles e viam-nas destruídas pela guerra: as grandes cidades estavam em escombros, os campos de extermínio eram notícia, os europeus, senhores colonizadores, vagueavam famintos pela Europa, a ponto de a agência das Nações Unidas para os refugiados ter sido criada nessa época, com vista a encontrar soluções transnacionais para os graves problemas. Deslocações maciças de populações tinham lugar, e para a reconstrução da Europa foram chamados povos das suas colónias. Acresce, poucos anos mais tarde, o movimento das descolonizações propriamente dito, que deslocou para a Europa segmentos significativos de população com vivência colonial, ora como ex-colonizadores, ora como ex-colonizados, e ainda novas vagas de emigrantes nas primeiras décadas das independências.

Trata-se de movimentos de grande transformação na geopolítica do mundo, obedecendo não apenas à lógica de libertação que se vai manifestando no pós-guerra e que dinamiza todo o sul colonizado, mas também a uma substancial capacidade deste sul para ganhar visibilidade nos organismos internacionais e para se organizar em diferentes movimentos de libertação, de dimensão nacional, regional e global.

* Este texto resulta do trabalho desenvolvido pelo projeto *MEMOIRS — Filhos de império e pós-memórias europeias*, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato n.º 648624).

Logo no pós-Segunda Guerra Mundial, em 1946, vários textos das instituições internacionais, que fundavam a nova ordem internacional, clamavam pela libertação total dos povos, nomeadamente a *Carta das Nações Unidas*, que apelava ao início dos processos de autonomia e independência dos povos colonizados. Em 1947, face à pressão dos movimentos nacionalistas, os britânicos acabaram por reconhecer a independência da Índia e da Palestina, em 1949, os holandeses despediram-se da Indonésia, os franceses iniciaram a guerra na Indochina e, por todo o hemisfério sul, decorriam lutas e reivindicações que deram início a um dos movimentos mais reestruturantes e revolucionários do mundo contemporâneo, primeiro na Ásia e depois em África — as guerras de libertação e a descolonização. A descolonização, vista por políticos franceses como Michel Debré e Guy Mollet ou por intelectuais como Pierre Nora ou André Malraux como uma «corrente da História», ou como os «ventos de mudança», no discurso do primeiro-ministro britânico Harold Macmillan, mas como uma não-questão pelo Portugal de Salazar, era sentida pelos povos colonizados como um direito a tomarem nas suas mãos o seu próprio destino.

Assim os processos se sucederam e se redefiniu o mundo contemporâneo, num dos grandes movimentos globais da pós-modernidade, que provocou ruturas de consequências imediatas — a confirmação de uma nova ordem mundial liderada pela antiga União Soviética e pelos Estados Unidos em bipolar oposição na chamada Guerra Fria, as independências e a construção das novas nações, o retorno dos países europeus colonizadores à sua geografia europeia.

Nas antigas metrópoles, o processo de descolonização esteve ligado ao retorno ou deslocação de grandes contingentes de população das antigas colónias, e ao refazer de um espaço e de uma imagem nacionais que deveriam integrar as populações e as diferenças que a sua aventura imperial produzira, formando novas sociedades multiculturais.

No caso português, o processo de descolonização está intimamente ligado ao fim da guerra colonial, ao 25 de Abril de 1974 e, portanto, ao pós-salazarismo/caetanismo, com o início de uma vivência democrática, de exercício pleno dos direitos de cidadania e de escrita e informação livres. Descolonizar era uma das palavras de ordem do Movimento das Forças Armadas, a par de democratizar e de desenvolver. Após rápidas negociações, Portugal assinaria com Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde os acordos da independência, e em 1975, portanto praticamente um ano após o 25 de Abril, estes países eram independentes.

É neste contexto mundial, europeu e português que se integra o regresso de muitos portugueses e se estabelece a ponte aérea de 1975, cujo objetivo era transportar pessoas e bens das antigas colónias portuguesas em África, com particular destaque para Angola e Moçambique, num movimento de êxodo que apresenta semelhanças com outros processos europeus, nomeadamente o que foi vivido pelos franceses da Argélia — marcado pelo regresso a França de milhares de pessoas, e de onde emergiu a condição de *pied-noir*.

No caso português, é também desta deslocação que emerge a figura do retornado. Mas há certamente condições particulares: o número de pessoas envolvidas é claramente superior; os equipamentos de transporte de que o país dispunha eram insuficientes para dar resposta a este movimento, exigindo a cooperação internacional; eram vários os territórios de onde as pessoas estavam a ser transportadas; e alguns destes territórios encontravam-se em situação de guerra civil, como era o caso de Angola, ou de grande insegurança; em Portugal, o retorno destas populações coincidiu com a vivência do processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril de 1974.

É, portanto, neste contexto, em pleno Verão Quente, que tem lugar a chegada a Portugal de largos contingentes de população com vivência africana. Este transporte de milhares de

peças, coordenado pelo general António Gonçalves Ribeiro, secretário-geral do Alto Comissariado de Portugal em Angola, foi organizado perante a dificuldade da TAP em continuar a dar resposta ao transporte de pessoas após praticamente um ano — de maio de 1974 a maio de 1975 — com aviões esgotados e com manifestações exigindo transporte, sobretudo perante o cenário galopante da guerra civil em Angola e de insegurança em Moçambique.

Pedindo ajuda à Embaixada Americana em Lisboa a partir de setembro de 1975, e com o auxílio do Reino Unido, da antiga União Soviética, da antiga República Democrática Alemã, da República Federal Alemã, da França e da Bélgica, chegam maciçamente a Portugal os retornados, primeiro como uma identidade adquirida no próprio processo de transporte e instalação em Portugal, depois como identidade administrativa e jurídica conferida pelo Estado em vários programas de integração ligados à habitação, educação, emprego, saúde e segurança social.

À semelhança do que evoca o historiador Scioldo-Zurcher na sua análise da ação do Estado francês para o repatriamento e instalação pós-Argélia, o objetivo era tornar os retornados cidadãos metropolitanos, o que em si deixava de fazer sentido, pois essa era uma identidade cuja existência cessava. Perante o fim do império, a condição de metrópole desaparecia. Trata-se de uma identidade que resulta do processo de desterritorialização e de reterritorialização da história final do império português, e que está longe de obedecer a qualquer ideia de homogeneidade, ainda que seja possível uma macroidentidade relacionada com a viagem, e não tanto com a pertença ao território a que chegavam, mas com o qual mantinham relações de nacionalidade e familiaridade.

Este é um aspeto que distingue estas populações dos emigrados ou dos refugiados, ainda que, do ponto de vista da análise das mobilidades e do ponto de vista imagético, a semelhança possa ser evidente. Por isso, a ponte aérea de 1975, criada pelo Estado

português para repatriar estas populações, tem de ser vista em conjunto com um corpo legislativo e com as organizações estatais de acolhimento dos retornados, como o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, fundado em março de 1975, e outras estruturas de apoio ao nível da educação, da saúde, da habitação e do emprego.

Acresce a estas iniciativas do Estado o importante papel de muitas famílias portuguesas, que acolheram os seus familiares e amigos funcionando como uma espécie de Estado-providência. As memórias deste movimento, que ao longo de meses colocou os aeroportos das antigas colónias e o aeroporto de Lisboa em estado de exceção, com milhares de pessoas a chegarem diariamente em situação de fuga — estima-se que houve dias em que chegaram mais de sete mil pessoas —, deixaram no imaginário coletivo imagens de amontoados de pessoas em espera, bagagens, êxodo, emergência. Perda, trauma, despossessão, inadaptação, mas também capacidade de reinvenção, superação e iniciativa são palavras que descrevem as imagens retidas destes grupos populacionais hoje integrados na sociedade portuguesa.

As memórias desta vinda estão registadas em depoimentos recolhidos em jornais, documentários, livros de ensaio, de que destaco *Vertigem da Descolonização — Da agonia do êxodo à cidadania plena*, de António Gonçalves Ribeiro, e em instalações, peças de teatro, romances e poemas que constituem o registo artístico e literário deste movimento e dos sentimentos e vivências a ele associados. Destaco alguns que dedicam uma especial atenção à ponte aérea: *Ponte Aérea*, de Leonor Xavier, *Os Dias do Fim*, de Ricardo Saavedra, *O Retorno*, de Dulce Maria Cardoso, *Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo, *Os Retornados*, de Júlio Magalhães, *Crónica da Rua 513.2*, de João Paulo Borges Coelho, e o poema «Aeroporto», de Rui Knopfli. Recentemente, as iniciativas académicas de Elsa Peralta e de investigadores como Bruno Góis, Joana Oliveira, Christoph Kalter, Nuno Dias, Nuno

Domingos, entre outros, começam a construir um *corpus* de reflexão académica dedicado ao tema do retorno, em que se insere a ponte aérea de 1975.

BIBLIOGRAFIA

- PERALTA, ELSA, Oliveira, Joana, e Góis, Bruno (org.) (2017), *Retornar: Traços de memória do fim do império*. Lisboa: Edições 70.
- RIBEIRO, MARGARIDA CALAFATE (2004), *Uma História de Regressos — Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.
- SCIOLDO-ZURCHER, YANN (2010), *Devenir métropolitain. Politique d'intégration et parcours de rapatriés d'Algérie en métropole (1954-2005)*. Paris: Editions EHESS.